



ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

1ª NOTIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 129/2026 - COMPRASGOV N.º 90129/2026

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de preparo, fornecimento contínuo e entrega de alimentação (Desjejum), nas Instalações físicas do Complexo Penitenciário da Capital, para atender as demandas do Instituto de Administração Penitenciária no Município de Rio Branco/AC.

A **Divisão de Pregão – DIPREG** comunica aos interessados que o processo licitatório acima mencionado, com o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.243 e Jornal OPINIÃO, todos do dia 09/04/2026, e Diário Oficial da União, Seção 3, nº. 11; do dia 10/04/2026 ainda nos sites: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://licitacoes.iceac.tc.br/portaldaslicitacoes>, com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, **NOTIFICA** conforme abaixo:

1. **DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS RESPOSTAS:**

**EMPRESA "A"**

1.0.1. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO**

DO PEDIDO Com base no exposto requer a presente impugnação seja acolhida e julgada procedente para que a Administração proceda a retificação do Edital, na forma abaixo: • Incluir a Vistoria Técnica na fase de habilitação; • Excluir a Vistoria Técnica da fase de contratação (tópico 26).

1.0.1.1. **RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (IAPEN)**

**MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DO ÓRGÃO**

A Licitante, em suma, sustenta que a Vistoria Técnica (Item 26 do Termo de Referência), deveria se realizada na fase de habilitação do certame e não como condição para a formalização do Contrato.

A pretensão da impugnante não se sustenta à luz das boas práticas administrativas nem da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU).

A exigência de realização de vistoria nas instalações de preparo de alimentos como condição de habilitação implica, na prática, impor às licitantes a necessidade de já dispor de estrutura física instalada, operacional e apta à inspeção antes mesmo de qualquer garantia de contratação. Trata-se, portanto, de exigência que acarreta ônus financeiro e operacional prévio, transferindo ao particular o risco integral do negócio ainda na fase competitiva — o que não encontra amparo no ordenamento jurídico.

A jurisprudência do TCU é firme no sentido de que é vedada a imposição de encargos que impliquem dispêndios anteriores à qualquer compromisso de contratação, por configurarem restrição indevida à competitividade e afronta ao princípio da isonomia. Nesse sentido, o Tribunal tem reiteradamente decidido ser irregular a exigência de estrutura previamente instalada, bem como quaisquer condições que obriguem as licitantes a incorrer em custos antecipados sem a correspondente segurança jurídica da contratação.

Ainda que se trate de vistoria, o entendimento do TCU também é restritivo. Conforme Súmula 272 do TCU, corrobora com o entendimento que a exigência de vistoria somente é admissível quando estritamente necessária, devendo ser evitada sempre que representar custo adicional desnecessário às licitantes. Mais recentemente, o Tribunal tem orientado, inclusive, que tais exigências sejam substituídas, sempre que possível, por declarações formais - o que se faz do Item 14.7 do termo referencial - justamente para preservar a competitividade e evitar encargos prévios.

No caso concreto, a exigência de vistoria das instalações de preparo de alimentos na fase de habilitação pressupõe que a empresa já tenha realizado investimentos relevantes — como locação ou manutenção de espaço físico, aquisição e instalação de equipamentos e eventual contratação de pessoal — apenas para participar do certame.

Por outro lado, a solução adotada pela Administração — de condicionar a vistoria à fase posterior ao certame, como requisito para a formalização do contrato — mostra-se juridicamente adequada e alinhada à jurisprudência do TCU. Isso porque:

preserva-se a ampla competitividade na fase licitatória;

evita-se a imposição de custos antecipados indevidos;

assegura-se que apenas a futura contratada comprove, no momento oportuno, a efetiva disponibilidade e adequação de sua estrutura.

Ressalte-se que essa sistemática não compromete a execução do objeto, pois a Administração pode — e deve — estabelecer prazo para a adequação da estrutura, mesmo que pré-existente, bem como prever mecanismos de verificação e penalidades em caso de descumprimento.

Diante disso, conclui-se que a exigência pretendida pela impugnante, ao antecipar a vistoria para a fase de habilitação, contraria a jurisprudência do TCU e os princípios da isonomia, competitividade e razoabilidade, razão pela qual não merece acolhimento, devendo ser mantido o modelo adotado pela Administração.

**MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DO ÓRGÃO**

Em síntese, a impugnante sustenta que a **Vistoria Técnica** nas instalações de preparo de alimentos deveria ser exigida como requisito de **habilitação** e não como condição para a **formalização do contrato**.

Contudo, conforme se demonstrará, a pretensão da impugnante carece de amparo legal e contraria as boas práticas administrativas e a jurisprudência consolidada do **Tribunal de Contas da União (TCU)**.

3.1.1 **DA ALEGADA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE ESTRUTURA PRÉVIA NA FASE DE HABILITAÇÃO:**

A exigência de que a vistoria técnica ocorra na fase de habilitação impõe, por via transversa, a necessidade de que todas as licitantes já possuam estrutura física instalada, operacional e apta à inspeção antes mesmo de qualquer garantia de contratação.

Tal exigência acarreta um **ônus financeiro e operacional prévio** desproporcional, transferindo ao particular o risco integral do negócio ainda na fase competitiva. A jurisprudência do TCU é pacífica ao vedar a imposição de encargos que impliquem dispêndios anteriores à contratação, por configurarem restrição indevida à competitividade e afronta ao princípio da isonomia.

A pretensão da impugnante colide frontalmente com a **Súmula nº 272 do TCU**, que orienta que a exigência de vistoria deve ser evitada sempre que representar custo adicional desnecessário, devendo ser substituída, sempre que possível, por declarações formais.

No caso em tela, o Edital já prevê, no **Item 14.7**, a apresentação de declaração formal de conhecimento das condições, o que supre a necessidade de vistoria prévia na fase de habilitação, preservando a ampla competitividade.

A solução adotada pela Administração de condicionar a vistoria à fase posterior ao certame, como requisito para a formalização do contrato, mostra-se juridicamente adequada e alinhada ao interesse público, pois **evita custos antecipados indevidos** aos licitantes que não serão contratados.

Ressalte-se que essa sistemática não compromete a execução do objeto, uma vez que a Administração estabelece prazo para a adequação da estrutura e prevê mecanismos de verificação e penalidades em caso de descumprimento.

Assim, conclui-se que a exigência pretendida pela impugnante contraria a jurisprudência do TCU e os princípios da isonomia, competitividade e razoabilidade. A manutenção do modelo adotado pela Administração é a medida que melhor atende ao interesse público e à legalidade.

Pelo exposto, acompanho na integralidade, a manifestação técnica (Evento SEI nº. 0020573755), opinando pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da impugnação apresentada, mantendo-se inalterado o Item 26 do Termo de Referência.

## EMPRESA "B"

### 1.0.2. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO

A licitante em resumo, contesta a exigência constante do Item 14.1.1 e 14.1.2 do Termo de Referência, no que tange à demonstração de Atestados de Capacidade Técnica na quantidade mínima de 40% (quarenta por cento), sob o argumento de que tal requisito seria excessivo e restritivo à competitividade.

#### 1.0.2.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (IAPEN)

##### MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DO ÓRGÃO

A licitante em resumo, contesta a exigência constante do Item 14.1.1 e 14.1.2 do Termo de Referência, no que tange à demonstração de Atestados de Capacidade Técnica na quantidade mínima de 40% (quarenta por cento), sob o argumento de que tal requisito seria excessivo e restritivo à competitividade.

Inicialmente, cumpre destacar que a exigência impugnada encontra pleno amparo na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 67, §§ 1º e 2º, os quais autorizam a Administração a demandar comprovação de experiência anterior limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, bem como a fixar quantitativos mínimos de até 50% dessas parcelas. A Administração, no caso, exigiu 40% (quarenta por cento), portanto, dentro do parâmetro legal objetivo, devidamente observado no instrumento convocatório.

Importante frisar que objeto da contratação — fornecimento contínuo de alimentação a pessoas privadas de liberdade — embora trate-se de descrição comum, reveste-se de elevada operacionalização e criticidade institucional, pois demanda da futura contratada atividades que envolvem logística rigorosa, controle sanitário, regularidade absoluta no abastecimento e estrita observância de normas de segurança, tendo em vista o ambiente prisional, conforme demonstrado em Estudos Técnicos Preliminares (0020550376).

Assim, verifica-se que a Administração adotou postura pertinente, proporcional e com moderação adequada à complexidade e essencialidade que a execução do objeto requer ao fixar os requisitos de qualificação técnica, de forma que tais exigências editalícias não configuram barreiras à competitividade, mas sim medida de cautela administrativa, voltada a assegurar que apenas empresas efetivamente capacitadas participem do certame, resguardando o interesse público primário.

Diante do exposto, conclui-se que a exigência de atestados de capacidade técnica está em plena consonância com a legislação vigente e com as boas práticas administrativas, revelando-se adequada, necessária e proporcional ao nível de capacidade operacional a ser exigida da futura contratada e à essencialidade do objeto, razão pela qual não há fundamento para acolhimento da impugnação, por conseguinte, opina-se por manter, na integralmente, os termos originalmente publicados.

##### MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DO ÓRGÃO

A impugnante questiona a legalidade da exigência de comprovação de aptidão técnica mediante atestados que somem, no mínimo, **40% (quarenta por cento)** do quantitativo estimado para o objeto. Alega a impugnante que tal requisito seria excessivo e restritivo à competitividade.

#### 3.2.1 DA ESTRITA LEGALIDADE (Art. 67 da Lei nº 14.133/2021):

A exigência contida no edital não apenas respeita os limites legais, como se posiciona de forma conservadora em relação ao teto permitido pela Nova Lei de Licitações. O **Artigo 67 da Lei nº 14.133/2021** é cristalino ao autorizar a Administração a exigir quantitativos mínimos de até **50%** das parcelas de maior relevância:

Art. 67. (...)

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

No caso em tela, a Administração fixou o percentual em **40%**, situando-se, portanto, **abaixo do limite máximo legal**. Tal medida demonstra a intenção de ampliar a competitividade sem abrir mão da segurança necessária à execução contratual.

A natureza do serviço de **fornecimento de alimentação em ambiente prisional** afasta qualquer alegação de "objeto comum de baixa complexidade". A execução demanda:

**Logística Crítica:** Abastecimento em unidades de segurança com protocolos rigorosos de entrada e saída.

**Segurança Institucional:** A regularidade das refeições é fator de estabilidade no sistema prisional; falhas no fornecimento podem gerar riscos à ordem pública e à integridade física de servidores e detentos.

**Rigor Sanitário:** Necessidade de controle absoluto para evitar surtos alimentares em ambientes de confinamento.

Portanto, a exigência de 40% de capacidade técnica é **proporcional e necessária** para garantir que a futura contratada possua estrutura operacional mínima para suportar a carga logística e a responsabilidade social inerente ao contrato.

Assim, verifica-se que a exigência editalícia está em estrita conformidade com a legislação; Respeita o limite de 50% consagrado pelo jurisprudência do Tribunal de Contas da União; Encontra-se devidamente **justificada pela complexidade técnica** e criticidade do objeto.

Por fim, esta assessoria opina pelo **INDEFERIMENTO DA IMPUGNAÇÃO**, mantendo-se integralmente os termos do edital publicado, por ser medida de cautela administrativa e proteção ao interesse público.

## EMPRESA "C"

### 1.0.3. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO

c) a exclusão da exigência de comprovação de posse ou disponibilidade prévia do imóvel constante no item 26.5.4 do Termo de Referência antes da assinatura do contrato, bem como a adequação dos demais itens correlatos, em estrito cumprimento à Súmula 272 do TCU, garantindo que as empresas licitantes não sejam obrigadas a incorrer em despesas estruturais e imobiliárias antes da efetiva celebração do contrato;

d) a correção da omissão apontada no edital e no Termo de Referência (em especial no item 27.3), para que seja expressamente previsto e garantido um prazo mínimo, justo e razoável de mobilização e implantação da infraestrutura física (cozinha industrial e licenciamentos), sugerindo-se o prazo de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do contrato, para que a empresa vencedora possa se estabelecer adequadamente no local de fornecimento;

e) a modificação dos itens 17.1 e 19.1 do edital (e correspondentes do Termo de Referência), permitindo a participação de empresas em consórcio, dado o inegável vulto quantitativo do objeto, bem como autorizando a subcontratação de parcelas acessórias ao núcleo do serviço (como logística de transporte e serviços laboratoriais);

#### 1.0.3.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (IAPEN)

##### MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DO ÓRGÃO

**a) Da exigência indevida de posse prévia do imóvel e instalações prontas antes da contratação (Afronta à Súmula 272 do TCU) e da omissão quanto ao prazo mínimo de mobilização:**

A insurgência apresentada pela empresa neste tópico quanto ao prazo de vistoria não merece prosperar, devendo ser enfrentada sob uma perspectiva mais aprofundada, à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e, principalmente, da supremacia do interesse público.

O prazo fixado no Termo de Referência — 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período — revela-se plenamente compatível com os anseios e expectativas da Administração, bem como a logística necessária para a execução do objeto, além de atender a necessidade administrativa de eficiência e, à medida do possível, celeridade do andamento das contratações.

A exigência de uma vistoria pré-contratual não configura ilegalidade, ao contrário, insere-se no dever da Administração de mitigar riscos contratuais relevantes, sobretudo diante de um objeto sensível, contínuo e essencial, como o fornecimento de alimentação a unidade prisional, visto tratar-se de serviço que não admite descontinuidade, improvisações ou atrasos, sob pena de grave comprometimento da ordem pública e da dignidade dos custodiados.

Quanto à menção e interpretação da Súmula 272 - TCU feita pela impugnante, desconsidera um aspecto fundamental: a vedação ali prevista dirige-se a custos desnecessários ou desproporcionais antes como requisito de participação de processos de contratação, e não à comprovação de capacidade real e imediata de execução do objeto. Na presente licitação, não se exige que todas as licitantes realizem investimentos prévios, mas apenas que a futura contratada demonstre, em momento oportuno e anterior à assinatura do contrato, que reúne condições materiais de iniciar a execução, mostrando, portanto, uma diferença clara entre custos inúteis não aproveitáveis e requisito de garantia da execução.

Ademais, a decisão por prazos reduzidos para indicação das instalações, aprovação em vistoria e início da execução, decorre da própria natureza do objeto e da necessidade administrativa envolvida. A Administração não deve ser impedida a dilatar prazos ou prever longos períodos de mobilização quando a demanda exige resposta célere e imediata, especialmente em contextos nos quais eventual descontinuidade do serviço pode gerar prejuízos graves e irreversíveis. Portanto, estabelecer um prazo de 60 a 90 dias para início da execução, além de desconsiderar a urgência e essencialidade do serviço, acabaria por transferir ao interesse privado das licitantes um ônus que deve ser suportado pela própria organização empresarial, uma vez que, estruturar-se para executar o contrato, inclusive com rapidez, é parte do risco do negócio assumido voluntariamente pela empresa que decide atuar nesse mercado.

Não se pode perder de vista que a licitação não é instrumento de fomento à estruturação empresarial, tampouco mecanismo de redução de riscos comerciais dos particulares. A Administração não

tem o dever de adaptar o certame para permitir a participação de empresas que ainda não estejam preparadas para executar o objeto nas condições exigidas, mas sim estruturar a contratação de modo a garantir eficiência, continuidade e segurança na prestação do serviço público.

Entendo que não prospera também a alegação de restrição à competitividade trazida pela impugnante, pois eventual limitação do universo de participantes não configura, por si só, ilegalidade, desde que decorra de exigências pertinentes e alinhada à real necessidade da Administração.

Dessa forma, entendo que as condições constantes do Item 26 do Termo de Referência deve ser integralmente mantido.

#### **b) Da vedação absoluta à participação em consórcio e à subcontratação: restrição indevida diante do vulto do objeto:**

A Licitante sustenta que, em razão do grande volume de alimentação e a complexidade da prestação dos serviços, o termo referencial deveria flexibilizar as regras de participação, permitindo a participação de empresas em consórcio e subcontratação.

Quanto a esse tópico da impugnação, é importante esclarecer que a vedação à participação em consórcio não constitui exceção ilegal, mas sim uma faculdade expressamente conferida à Administração Pública. O art. 15 da Lei nº 14.133/2021 não estabelece o consórcio como regra absoluta, tampouco impõe sua admissão irrestrita. Ao contrário, confere ao gestor público o poder discricionário de admitir ou vedar consórcios, desde que haja justificativa pertinente.

A justificativa constante do Termo de Referência, ao apontar que o objeto “não é complexo” e que “não há prática de mercado a exigir consórcios”, deve ser interpretada sob o prisma técnico, e não meramente quantitativo. O objeto licitado — preparo e fornecimento de refeições — é padronizado, amplamente difundido no mercado e executado rotineiramente por empresas do setor de alimentação coletiva, inclusive em volumes equivalentes, como ocorre em contratos hospitalares e industriais em todo o país. Portanto, não se trata de objeto que demande a conjugação de expertises distintas ou complementares, característica típica que justificaria a necessidade de formação de consórcios.

Ademais, a vedação ao consórcio também encontra respaldo em aspectos relacionados à gestão contratual. A execução por consórcios pode dificultar a apuração de responsabilidades, a fiscalização e a aplicação de sanções, especialmente em contratações sensíveis como o presente caso, que envolve ambiente prisional de segurança máxima. Nesse contexto, a Administração legitimamente optou por privilegiar a contratação de uma única empresa responsável, com capacidade técnico-operacional comprovada para executar integralmente o objeto.

No que se refere à vedação à subcontratação, igualmente entendemos não assistir razão à impugnante. A Lei nº 14.133/2021 admite que o edital discipline os limites da subcontratação, inclusive podendo vedá-la, conforme as peculiaridades do objeto. No presente caso, a restrição encontra justificativa na natureza crítica dos serviços, que envolvem riscos sanitários, logísticos e de segurança institucional.

A produção, acondicionamento e transporte das refeições constituem etapas indissociáveis de um mesmo processo produtivo para se chegar ao resultado almejado da contratação e sua fragmentação pode comprometer o controle de qualidade, a rastreabilidade e a segurança alimentar. Em ambientes prisionais, eventuais falhas logísticas ou sanitárias podem gerar consequências graves, incluindo riscos à ordem pública, o que justifica a exigência de execução direta pelo contratado.

Quanto ao argumento de que a vedação restringiria a competitividade, cabe destacar que o princípio da competitividade não é absoluto e deve ser harmonizado com o interesse público e a garantia da adequada execução contratual. A Administração não está obrigada a estruturar o certame de modo a permitir a participação de todo e qualquer agente econômico, mas sim daqueles que efetivamente detenham capacidade para cumprir o objeto nos termos exigidos.

Por fim, ressalta-se que o volume expressivo de refeições, embora relevante, não altera a natureza do objeto, mas apenas sua escala. Empresas do setor de alimentação coletiva possuem plena capacidade de dimensionar suas operações para atender demandas dessa magnitude, sendo esse, inclusive, um fator inerente ao risco empresarial assumido pelos licitantes.

Assim, opina-se pelo não acolhimento das razões ora impugnadas, mantendo-se integralmente as disposições do edital e do Termo de Referência.

### **MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DO ÓRGÃO**

#### **3.3.1 DAS INSTALAÇÕES E PRAZO DE MOBILIZAÇÃO:**

A insurgência da impugnante quanto à exigência de vistoria e disponibilidade de instalações em prazo reduzido não encontra amparo jurídico, baseando-se em uma interpretação equivocada da **Súmula nº 272 do TCU**.

**Distinção entre Habilitação e Condição de Execução** A referida Súmula veda a exigência de propriedade ou localização prévia de instalações como **requisito de habilitação ou classificação**. No presente certame, tal exigência não é imposta como condição para participar da disputa, mas sim como **condição de eficácia para a assinatura do contrato** ou início da execução pelo vencedor.

O prazo de 5 (cinco) dias para vistoria e mobilização é pautado nos princípios da **Eficiência** e da **Supremacia do Interesse Público**. Tratando-se de alimentação em sistema prisional, a Administração não pode se sujeitar a prazos de 60 a 90 dias, sob risco de grave comprometimento da ordem e segurança interna das unidades.

A estruturação logística é um **risco inerente à atividade empresarial** de quem se propõe a contratar com o Poder Público em setores sensíveis.

A Administração busca selecionar empresas que já possuam expertise e prontidão operacional, e não fomentar a estruturação de novos negócios às custas da urgência estatal.

#### **3.3.2 DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO E À SUBCONTRATAÇÃO:**

A vedação ao consórcio e à subcontratação é medida discricionária e devidamente motivada, amparada na **Lei nº 14.133/2021**.

A admissão de consórcios é uma faculdade da Administração, e não uma obrigação.

Ademais, em que pese ser um objeto complexo, o fornecimento de alimentação é serviço padronizado e de ampla oferta no mercado, não demandando tecnologias singulares que exijam a formação de consórcios.

Destaca-se que restrição à subcontratação justifica-se pela **natureza crítica do objeto**. A execução direta garante:

**Segurança Alimentar e Sanitária:** Controle rigoroso sobre toda a cadeia produtiva;

**Segurança Institucional:** O ambiente prisional exige controle estrito de pessoal e acesso. A subcontratação pulveriza a responsabilidade e fragiliza a fiscalização, aumentando riscos de instabilidade no sistema;

**Responsabilidade Contratual:** A execução direta assegura que a empresa detentora do atestado de capacidade técnica seja a efetiva executora, mitigando o risco de “empresas de fachada” ou sem estrutura real.

Registra-se, que a competitividade do certame é preservada ao se exigir requisitos proporcionais à complexidade e à essencialidade do serviço. A Administração não deve reduzir seus padrões de segurança e eficiência para acomodar empresas desestruturadas, sob pena de violar o dever de zelar pelo interesse público.

Pelo exposto, manifesta-se pelo **INDEFERIMENTO TOTAL** da impugnação apresentada, mantendo-se o Edital e o Termo de Referência em seus exatos termos.

### **EMPRESA "D"**

#### **1.0.4. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO**

1º Seja adotada a inversão de fases (habilitação antes dos lances) e a obrigatoriedade de vistoria técnica prévia nas instalações das licitantes, como condição para a fase de lances.

2. Seja incluída a exigência de que a licitante seja fabricante do pão, vedando a subcontratação deste item, fato já observado pela cláusula 31 e 31.1 do Anexo I, do referido Edital.

3. Seja vedado o somatório de atestados de capacidade técnica para comprovação do quantitativo mínimo exigido, requerendo-se que a experiência seja demonstrada em contratos de vulto compatível com o objeto.

4. Seja declarada a inaplicabilidade do tratamento favorecido a ME/EPP para este certame, dado o valor do contrato

#### **1.0.4.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (IAPEN)**

### **MANIFESTAÇÃO TÉCNICA DO ÓRGÃO**

**1. Da Necessidade de Vistoria Técnica Prévia e da Inversão de Fases:** A Licitante sustenta que a Vistoria Técnica de que trata o Item 26 do Termo de Referência deveria ser realizada na fase de habilitação, adotando-se a “inversão de fases” prevista no art. 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

Inicialmente, insta esclarecer que a chamada inversão de fases significa apenas uma alteração na ordem procedimental da licitação — em regra, julgam-se primeiro as propostas e, posteriormente, analisa-se a habilitação do licitante mais bem classificado. Trata-se de medida voltada à celeridade e eficiência, evitando a análise documental de todos os participantes.

O modelo apresentado pela Impugnante consiste em exigir a Vistoria Técnica - onde a empresa deverá apresentar o local de produção dos alimentos e veículo de transporte, documentos e licenças necessárias para o funcionamento, devidamente aprovada por Comissão deste Instituto - antes mesmo da Fase de Lances, de forma que só seriam habilitadas as licitantes que já tivessem a estrutura física necessária e apta para a produção.

Tal exigência demandaria que a empresas participantes, cujas suas instalações físicas ainda não tivessem aptas a passar por vistoria, sequer tivessem suas propostas recebidas. De forma, para participarem, teriam que realizar adequações e investimentos antes mesmo de manifestarem interesse na participação no certame.

Quanto a isso, entendimento vinculante do TCU - vide Súmula 272 - veda a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à licitação.

Diante do exposto, conclui-se que as razões apresentadas pela impugnante é indevida e amplamente desaconselhada pelos órgão de controle, razão pela qual as razões apresentadas neste tópico devem ser indeferidas, mantendo-se o edital nos seus termos originais.

**2. Da Exigência de que a Licitante seja Fabricante (Pão):** A licitante sustenta a necessidade de o edital exigir que a licitante seja a **fabricante do pão**, sob o argumento de que tal medida garantiria maior controle de qualidade, higiene e segurança alimentar no fornecimento de café da manhã em ambiente prisional.

De início, importa destacar que o objeto da contratação, conforme delineado no edital, consiste na prestação de serviços de fornecimento de alimentação (Desjejum), abrangendo todas as etapas de planejamento, preparo, acondicionamento, qualidade, transporte e distribuição das refeições. Isso significa que a responsabilidade da futura contratada é integral quanto ao resultado, independentemente da origem dos insumos utilizados.

Portanto, aquisição de pão ou outro insumo necessário para a produção da alimentação de terceiros, por si só, não caracteriza subcontratação, mas sim fornecimento de insumo dentro da cadeia normal de execução do contrato, de forma que a empresa contratada continua responsável pela execução e pelos resultados do objeto contratual.

Assim, conclui-se que a exigência pretendida pela impugnante é indevida, razão pela qual as razões apresentadas impugnante não devem prosperar, mantendo-se assim o edital nos seus termos originais.

**3. Da Ilegalidade do Somatório de Atestados de Capacidade Técnica:** Refere-se a questionar possibilidade de somatório de atestados de capacidade técnica, sob o argumento de que tal prática permitiria a participação de empresas sem experiência em operações de grande porte, aumentando os riscos na execução contratual, especialmente no sensível contexto do sistema prisional.

Inicialmente, cumpre destacar que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, ao disciplinar a qualificação técnica, não veda o somatório de atestados, sendo esta, ao contrário, prática amplamente admitida e alinhada aos princípios da competitividade e da isonomia.

Assim, ao permitir o somatório, não afasta a exigência de comprovação de aptidão técnica, mas apenas possibilita que essa demonstração se dê de forma mais ampla e compatível com a realidade do mercado, no qual empresas frequentemente executam contratos distintos que, somados, evidenciam sua capacidade operacional.

Dessa forma, a manutenção da regra editalícia que admite o somatório revela-se medida equilibrada, proporcional e alinhada ao interesse público, pois assegura a participação de um maior número de licitantes sem comprometer a qualidade da execução contratual.

Diante do exposto, opina-se pelo improcedência das razões apresentadas pela impugnante, mantendo-se integralmente as disposições do edital.

**4. Da Vedação à Aplicação do Tratamento Favorecido a ME/EPP:** A licitante sustenta que, em razão do valor do registro de preços, o Edital apresente restrição ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o enquadramento como ME ou EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, é definido com base na receita bruta anual efetivamente auferida pela empresa, e não no valor estimado de contratos que venha a celebrar com a Administração Pública. Assim, inexistente vedação legal à participação de empresas enquadradas nesse regime em licitações cujo valor global supere o referido limite.

Ainda assim, o eventual crescimento econômico decorrente da execução contratual, com possível superação do limite legal de receita, pode ensejar o desenquadramento futuro da empresa do regime de ME/EPP, sem que isso comprometa a validade do certame ou do contrato firmado.

É a manifestação.

## MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DO ÓRGÃO

### 3.4.1 DA ALEGADA DESNECESSIDADE DE VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA E DA INVERSÃO DE FASES:

Em que pese o esforço argumentativo da Impugnante, as razões não merecem prosperar, conforme se demonstra a seguir.

A Impugnante sustenta que a Vistoria Técnica deveria ocorrer na fase de habilitação, mediante a inversão de fases prevista no art. 17, § 1º da Lei nº. 14.133/2021, exigindo que as licitantes já possuam estrutura física apta antes mesmo da fase de lances.

Tal pretensão é juridicamente inviável e contraria a lógica de eficiência da Nova Lei de Licitações. O **Art. 17 da Lei nº 14.133/2021** estabelece como regra o julgamento das propostas antes da habilitação:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

I - preparatória;

II - de divulgação do edital de licitação;

III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;

IV - de julgamento;

V - de habilitação;

VI - recursal;

VII - de homologação.

Exigir que a empresa comprove possuir toda a estrutura física e licenças operacionais (vistoria técnica) antes da fase de lances impõe um ônus financeiro antecipado e desnecessário, o que é expressamente vedado pela **Súmula nº 272 do Tribunal de Contas da União**.

Portanto, a manutenção da vistoria técnica para o licitante vencedor, após a fase de lances, preserva a competitividade e evita gastos inúteis por parte de empresas que sequer sagrar-se-ão vencedoras.

### 3.4.2 DA EXIGÊNCIA DE QUE A LICITANTE SEJA FABRICANTE DE PÃO:

A Impugnante pleiteia que o edital exija que a licitante seja a fabricante do pão fornecido. Contudo, o objeto da licitação é a **prestação de serviços de fornecimento de alimentação**, o que engloba o planejamento, preparo e distribuição.

O pão, neste contexto, é um **insumo**. Exigir que o prestador de serviço seja também o fabricante de todos os insumos restringe indevidamente o universo de competidores sem que haja ganho direto na qualidade, uma vez que a contratada responde integralmente pela execução do contrato e pela qualidade dos alimentos, independentemente da origem dos insumos. Tal exigência configuraria restrição à competitividade, o que é repellido pelos órgãos de controle.

### 3.4.3 DA LEGALIDADE DO SOMATÓRIO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA:

A possibilidade de somatório de atestados de capacidade técnica, questionada pela Impugnante, encontra amparo direto no **Art. 67 da Lei nº 14.133/2021**. A norma visa garantir que a experiência acumulada da empresa seja considerada, promovendo a isonomia:

Art. 67. (...)

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

O somatório permite que empresas com capacidade operacional comprovada em diferentes contratos participem do certame, o que amplia a disputa e permite à Administração obter a proposta mais vantajosa, sem comprometer a segurança da execução.

### 3.4.4 DA MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO FAVORECIDO DA ME/EPP:

Por fim, a alegação de que o valor elevado do registro de preços impediria o tratamento favorecido às ME/EPP não possui base legal. O enquadramento como micro ou empresa de pequeno porte é definido pela **receita bruta anual**, conforme o **Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006**:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (...) desde que:

(...)

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

O valor estimado da licitação não serve de critério para afastar o benefício legal. Caso a empresa venha a ultrapassar o limite de faturamento durante a execução contratual, o desenquadramento ocorrerá no momento oportuno, sem anular sua participação no certame (Art. 3º, § 3º, LC 123/06).

Diante do exposto, opina-se pelo **INDEFERIMENTO TOTAL** da impugnação apresentada, mantendo-se o edital em seus termos originais, por estarem em estrita consonância com a Lei nº. 14.133/2021.

#### 4 - DA CONCLUSÃO:

Desta feita, verifica-se que os requisitos estabelecidos no presente edital evidenciam as exigências mínimas necessárias à garantia da regular execução contratual, ponderados seus impactos em relação à competitividade do certame.

Ademais, as exigências são razoáveis e não comprometem o caráter competitivo do certame, tendo em vista a dimensão da presente contratação, conforme claramente detalhado no **Termo de Referência**, bem como na **Manifestação Técnica nº. 05/2026/IAPEN** (Evento SEI nº. 0020573755).

Assim, sem mais delongas, considerando os princípios constitucionais e seus regramentos, bem como os regramentos infraconstitucionais, **OPINO** pela **IMPROCEDÊNCIA** das impugnações apresentadas pelas empresas **A, B, C, e D** mantendo-se inalterados os atos constantes no Edital do Pregão Eletrônico/SRP n.º 129/2026 (Evento SEI nº. 0020221716).

Por fim, encaminho a presente processo à Presidência do IAPEN/AC para ciência e, se for o caso, acolhimento desta manifestação.

É a manifestação.

Respondido pelos senhores:

**Robson Góes Cordeiro**

Chefe da Divisão de Contratos e Licitações - DCL/IAPEN/AC

Portaria Nº 480/2024 - IAPEN/AC

**Armando Fernandes Barbosa Filho**

Chefe da Assessoria Jurídica do IAPEN/AC

Portaria PGE/AC nº. 176/2023

OAB/AC 3.686

## 2. NO PREÂMBULO DO EDITAL, A DATA E HORA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO, PASSARÁ A CONTER A SEGUINTE REDAÇÃO:

Data e hora da abertura da licitação: **16/06/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).**

**Retirada: 27/05/2026 até a data de abertura.**

2.0.1. **As demais informações constantes do Edital e seus Anexos continuam inalteradas.**

Rio Branco - AC, 26 de maio de 2026

Francisco Inácio  
Pregoeiro(a) da Divisão de Pregão - DIPREG  
Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO INÁCIO, Pregoeiro(a)**, em 26/05/2026, às 09:48, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020980799** e o código CRC **AEDD5CE0**.